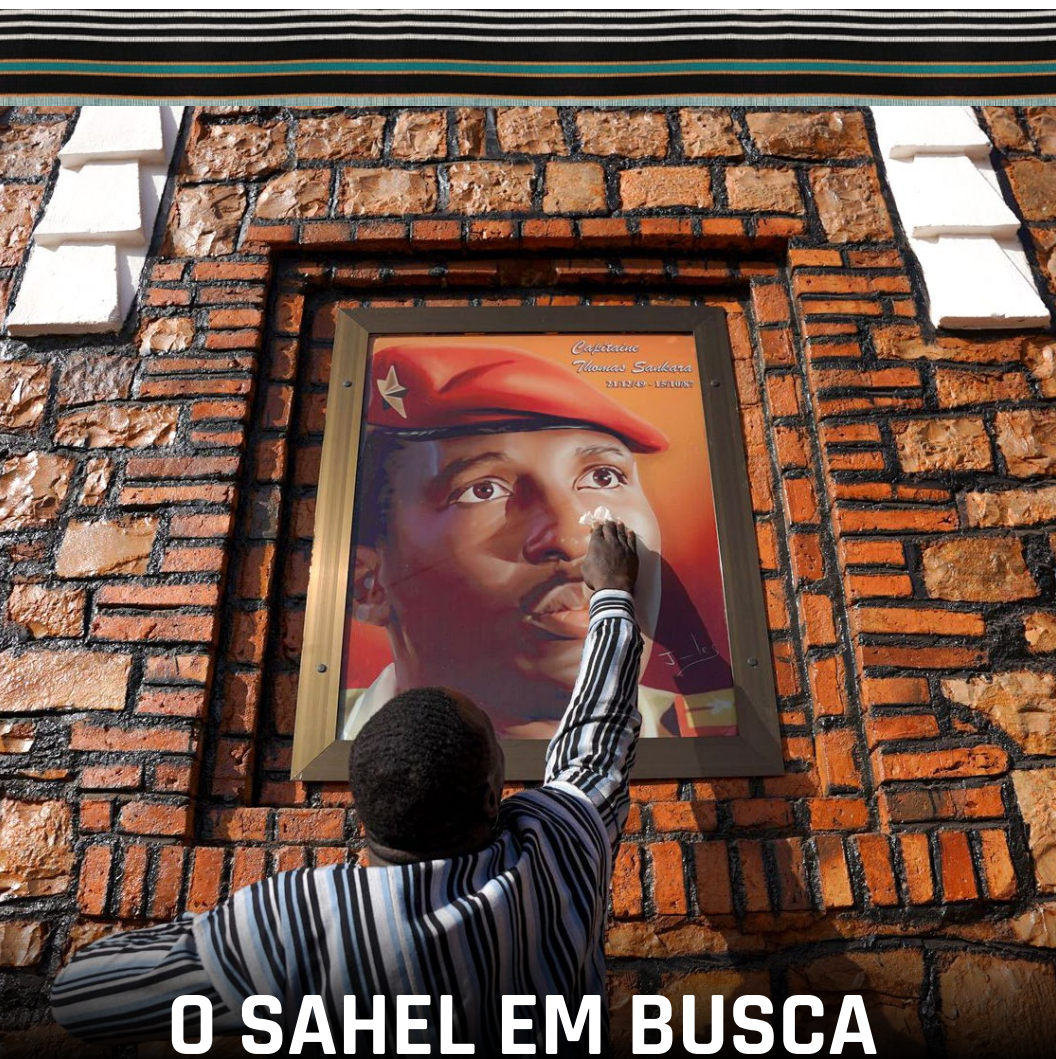




O SAHEL EM BUSCA DA SOBERANIA



Dossiê nº 91
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Agosto de 2025

As imagens deste dossiê destacam o cotidiano da classe trabalhadora no Sahel, que compõe a base social dos militares que deram golpes, mas possuem apoio do povo na região. Fotografadas por Pedro Stropasolas (Brasil de Fato), as fotografias documentam cenas da Conferência Internacional em Solidariedade com os Povos do Sahel em Niamey, Níger (novembro de 2024), em Sakété, Benin (julho de 2025), e em Ouagadougou e Koubri, Burkina Faso (julho de 2025).

O SAHEL EM BUSCA DA SOBERANIA



Dossiê nº 91 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Agosto de 2025



Introdução

Em setembro de 2023, na sequência de golpes liderados por setores progressistas das forças armadas, os chefes de Estado do Burkina Faso, do Mali e do Níger reuniram-se em Bamako (Mali) para assinar a *Carta de Liptako-Gourma que estabelece a Aliança dos Estados do Sahel* (AES) (Autoridade Liptako-Gourma, 2023). O artigo VI da Carta estipula que:

Qualquer violação da soberania e da integridade territorial de uma ou mais partes contratantes será considerada uma agressão contra as outras partes e dará origem ao dever de assistência e socorro por todas as partes, individual ou coletivamente, incluindo o uso da força armada, para restaurar e garantir a segurança dentro da área coberta pela aliança (idem, p. 3).

A iniciativa de formação da AES foi uma resposta direta à ameaça de intervenção militar no Níger pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), após o golpe militar popularmente apoiado no país. A Cedeao, ao lado da União Africana (UA), também impôs sanções e suspendeu a filiação dos três Estados-membros da AES após seus respectivos golpes: Mali em agosto de 2020, Burkina Faso em janeiro de 2022 e Níger em julho de 2023.

Em janeiro de 2024, Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram conjuntamente sua saída da Cedeao. A decisão, que se tornou oficial em janeiro de 2025, foi justificada da seguinte forma:

Os bravos povos de Burkina Faso, Mali e Níger registram com profundo pesar e grande decepção que a organização [Cedeao] se distanciou dos ideais de seus fundadores e do pan-africanismo. Ela não serve mais aos interesses de seus povos, mas se tornou uma ameaça aos seus Estados-membros e populações, cuja felicidade deveria garantir. (Office National d’Edition et de Presse, 2024)

Os líderes da AES — Assimi Goïta, do Mali, Ibrahim Traoré, do Burkina Faso, e Abdourahamane Tchiani, do Níger — se uniram por terem saído de golpes populares e por sua impaciência com as políticas pró-ocidentais da Cedeao. Eles representam uma nova geração de oficiais militares que canalizam a frustração pública generalizada com o neocolonialismo francês, e sua saída da organização está enraizada nas limitações históricas do bloco.

Embora a Cedeao tenha sido criada em 1975 com a retórica pan-africana de líderes como o General Acheampong, de Gana, que prometeu que esta nova organização regional “eliminará séculos de divisão e barreiras artificiais impostas à África Ocidental pelo exterior”, sempre foi um projeto limitado. Na realidade, foi criada para se concentrar em questões econômicas, como a criação de um mercado comum, sem objetivos sérios de integração política (Onwuka, 1980, p. 52). Esse escopo limitado foi imediatamente prejudicado por divisões internas e, mais significativamente, por lealdades externas conflitantes. A Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), paralela e francófona, apoiada pela França, frequentemente subverteu os objetivos do bloco. Isso ficou evidente durante a crise chadiana de 1979-1981, quando a França e a CEAO minaram

a missão de manutenção da paz da Nigéria, transformando-a em um fracasso para a Cedeao e uma vitória para seu próprio bloco. Da mesma forma, os pactos militares existentes entre a França e suas ex-colônias frustraram os esforços de criação de uma estratégia de defesa comum (idem, p. 52).

É essa história de divisão interna e influência estrangeira persistente que orienta a perspectiva atual da AES. A aliança argumenta que a Cedeao agora atua como uma executora regional de interesses externos, traindo seus princípios fundadores ao cair “sob a influência de potências estrangeiras” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024; Prashad, 2025). Consequentemente, na cúpula de Niamey, onde a AES foi lançada, os Estados-membros afirmaram que sua retirada da Cedeao é definitiva, mesmo enquanto planejam transições para o governo civil.

Embora as principais instituições de segurança, os comentaristas políticos e as agências não governamentais tenham reconhecido o fracasso da Cedeao e de outras parcerias de segurança em fornecer segurança significativa na região, eles condenaram amplamente as medidas tomadas pela AES como “um grande golpe para um projeto de integração regional” que provavelmente aumentaria “maiores fraturas” e “agravaria a situação de piora [de segurança]” na região (Crisis Group, 2024; Ochieng, 2024; Edds-Reitman & Boakye, 2024). No entanto, uma contranarrativa está se formando em todo o Sahel. Da perspectiva não apenas dos líderes políticos da AES, mas também de organizações locais de base e da população em geral, a aliança foi forjada no contexto das inseguranças e desigualdades contemporâneas mais amplas enfrentadas por muitos países do Sul

Global que lutam ativamente com questões de soberania e desenvolvimento. Para os membros da AES, 2023 marcou uma ruptura coletiva com acordos de segurança fracassados (como o G5 Sahel), a liderança deslegitimada de organismos regionais como a Cedeao e a UA, e envolvimento político de longa data e desiguais com a União Europeia, a França e os Estados Unidos — tudo isso sustentado por décadas de política econômica neoliberal.¹

Este dossiê explora o surgimento da AES e busca estimular um debate sobre a conjuntura atual na região. Vemos essa nova formação como um exemplo de regionalismo anti-imperialista dentro do contexto mais amplo de como os Estados do Sul Global lidam com a soberania, a dependência e os desafios de segurança interna e externa. Convida à reflexão e ao debate sobre o significado e as implicações desse retorno ao caminho da soberania — não como um nacionalismo nostálgico, mas como uma tentativa ousada e necessária de resgatar a autonomia política, a autodeterminação econômica e a dignidade civilizacional diante do hiperimperialismo.



1 Os caminhos históricos percorridos por Burkina Faso, Mali e Níger para lidar com seus legados coloniais diferem de forma significativa. Mali tentou seguir uma agenda socialista na década de 1960, que foi frustrada por um golpe em 1968; Burkina Faso embarcou em um projeto de desenvolvimento soberano liderado pelo Estado entre 1983 e 1987, que culminou no assassinato de Thomas Sankara; e os principais grupos anticoloniais do Níger foram em grande parte esmagados no início da década de 1960. Embora uma análise completa dessas diferenças esteja fora do escopo deste dossiê, as experiências históricas compartilhadas por esses três países — como o colonialismo francês, os arranjos econômicos neocoloniais, os frequentes golpes militares e a dependência de recursos minerais — são pontos em comum suficientes para justificar uma análise conjunta.



Do domínio colonial à independência da bandeira

Burkina Faso, Mali e Níger são vizinhos, não possuem litoral, com porções significativas de seus territórios estendendo-se pela fronteira sul do Saara. Juntos, representam cerca de 45% da extensão territorial da África Ocidental e 17% de sua população, ou 73 milhões de pessoas combinadas (Níger, 26,2 milhões; Mali, 23,8 milhões; e Burkina Faso, 23 milhões) (Banco Mundial, 2025). Essas nações compartilham normas culturais profundamente enraizadas, com ênfase significativa em valores comunitários, tradições orais, um estilo de vida predominantemente agrário e estruturas sociais e vida diária profundamente influenciadas pela religião dominante, o islamismo.

Como grande parte da África Ocidental, esses países vivenciaram as contradições do domínio colonial de forma mais aguda durante a Segunda Guerra Mundial. Embora o desembarque na Normandia esteja entre os momentos mais celebrados da história militar francesa, o que frequentemente fica de fora dessa narrativa é que muitas das tropas e corpos de trabalhadores que ajudaram a garantir a vitória sobre a Alemanha nazista eram africanos de colônias francesas, incluindo o que hoje são Burkina Faso, Mali e Níger. Seu sacrifício em solo europeu contribuiu para uma crescente consciência política e lançou as bases para as demandas do pós-guerra por igualdade e autodeterminação (Zimmerman, 2011).

Após a guerra, e incentivado pelo emergente bloco socialista, o apelo pela independência se intensificou. No Níger, por exemplo, o Partido Progressista Nigeriano (PPN) foi fundado em 1946 e filiado à União Democrática Africana (UDA), um movimento pan-africano anticolonial liderado por figuras como Modibo Keita, no Mali, e Ahmed Sékou Touré, na Guiné. A RDA inicialmente exigia tratamento igualitário aos cidadãos franceses, mas rapidamente passou a exigir independência total. Em Burkina Faso, o partido União Voltaica (UV) juntou-se à UDA na esperança de construir uma frente de libertação nacional coordenada regionalmente, embora a UV tenha se dissolvido sob pressão francesa. Esse despertar político lançaria as bases para as lutas de libertação nacional na África Ocidental.

Após a custosa derrota no Vietnã em 1954 e em meio à escalada da guerra na Argélia (1954-1962), a França enfrentou uma crescente pressão interna e externa. Temendo uma perda total de influência econômica e política na África, o presidente Charles de Gaulle, recém de volta ao poder, convocou um referendo em 1958 como parte da nova constituição da Quinta República. Foi oferecido às colônias africanas duas opções: votar “sim” para permanecer como parte da Comunidade Franco-Africana, sob influência francesa (a chamada opção “transitória”, que prometia independência adiada, mantendo os principais poderes em mãos francesas), ou votar “não”, optando por uma independência imediata, com a ameaça de retirada francesa repentina e instabilidade econômica iminente. Djibo Bakary, fundador do partido Sawaba (que significa “liberdade” em hausa) e posteriormente chefe do governo nigeriano após as primeiras eleições em 1957, liderou a campanha pelo “não”. No final, apenas a Guiné, sob a liderança de Sékou Touré, votou dessa forma,

tornando-se a primeira colônia francesa da África Ocidental a obter a independência em 1958.

Os defensores de uma ruptura total com a França, como Bakary, foram recebidos com repressão interna e marginalizados pelos colaboradores coloniais, incluindo líderes tradicionais, administradores coloniais e os chamados *évolués* (“os evoluídos”, ou seja, africanos que tinham sido educados em instituições francesas, tinham direitos ou estatuto limitados e eram preparados para servir à ordem colonial) (Adamou, 2024). Para sabotar o referendo no Níger e minar Sawaba, que também havia lutado contra a exploração francesa de urânio, de Gaulle enviou um novo governador: Don Jean Colombani. Este usou seu controle total sobre instituições estatais importantes — como segurança, finanças e administração territorial — para lançar uma campanha de repressão, intimidação e até mesmo guerra psicológica, principalmente lançando panfletos de aviões alertando que os eleitores que votaram “não” eram inimigos do Estado (Idrissa, 2021; Walraven, 2009). Apesar do amplo apoio público a Sawaba, uma fraude eleitoral maciça garantiu uma vitória fabricada para o “sim” no Níger em 1958.

No entanto, a vitória do “não” na Guiné, naquele mesmo ano, com base na independência anterior de Gana da Grã-Bretanha em 1957, forçou os franceses a cederem mais terreno na questão da independência política e, em 1960, dezessete países africanos — incluindo quatorze ex-colônias francesas — declararam independência. No entanto, essa independência “de bandeira”, formal apenas, foi alcançada sem nenhuma transformação econômica real. A tutela e o arbítrio franceses continuaram, e o controle econômico foi mantido por

meio de uma série de acordos de “cooperação”, incluindo na área de defesa, protocolos de assistência técnica e arranjos financeiros como o sistema do franco CFA. Um desses acordos foi o de defesa de abril de 1961, assinado pela Costa do Marfim, Benim (antigo Daomé) e Níger, que permitiu o “uso irrestrito pela França” de ativos de interesse militar (Journal Officiel de la République Française, 1963). No caso do Níger, a França também manteve um controle significativo por meio dos seguintes mecanismos, refletindo um padrão mais amplo empregado em toda a região:

- **Regimes de dívida colonial:** o Níger foi obrigado a “reembolsar” a França pela infraestrutura da era colonial, como estradas e escolas construídas por meio de trabalho forçado.
- **Controle de recursos:** a França manteve o direito de preferência sobre as exportações estratégicas do Níger, particularmente o urânio, e as empresas francesas receberam acesso preferencial a setores-chave da economia.
- **Isenções fiscais:** com base no princípio da não dupla tributação, as empresas francesas que operavam no Níger pagavam impostos apenas na França e estavam isentas de obrigações locais — incluindo taxas, impostos sobre vendas, como impostos sobre valor agregado, e até mesmo impostos sobre combustíveis —, o que prejudicava significativamente a receita fiscal do país.
- **Dependência monetária:** o Níger foi obrigado a usar o franco CFA, uma moeda emitida e regulamentada pelo Tesouro

francês, limitando seu controle sobre a política monetária e fiscal.

- **Entrincheiramento militar:** a França manteve bases militares e obteve o “livre uso de instalações militares”. Isso incluía liberdade de movimento em terra, ar e água; livre acesso à infraestrutura de transporte e comunicação; e o direito de instalar sistemas de sinalização e transmissão aéreos e marítimos.²

Além disso, o Anexo II do acordo de defesa de 1961 garantiu o papel militar como executor dos interesses do capital francês e da política econômica nos países signatários. Notavelmente, o Artigo I do anexo estabeleceu duas categorias de matérias-primas estratégicas: 1) hidrocarbonetos líquidos ou gasosos; e 2) urânio, tório, lítio e berílio, bem como seus minérios e compostos. O Artigo II afirmava que “a República Francesa informará regularmente a República da Costa do Marfim, a República do Daomé e a República do Níger sobre a política que pretende seguir em relação às matérias-primas e produtos estratégicos, levando em consideração as necessidades gerais de defesa, a evolução dos recursos e a *situação do mercado mundial* [ênfase adicionada]. O Artigo V estabelecia que os africanos, por sua vez, deveriam garantir que a França fosse “mantida informada sobre programas e projetos relativos à exportação para fora do território (...) de matérias-primas de segunda categoria e produtos estratégicos”. Além disso, todos os três países eram obrigados a “facilitar, em

2 As cinco áreas listadas foram delineadas em uma entrevista não publicada com Mamane Sani Adamou da Organização Revolucionária para a Nova Democracia (ORDN) — Tarmouwa, conduzida por Mikaela Nhondo Erskog, em 9 set. 2024.

benefício das forças armadas francesas, o armazenamento de matérias-primas e produtos estratégicos” e, quando os interesses da defesa assim o exigissem, “limitar ou proibir sua exportação para outros países”. Ao incorporar diretrizes econômicas em estruturas de cooperação militar, o acordo transformou a infraestrutura de defesa do país em uma ferramenta para salvaguardar os interesses comerciais e geopolíticos franceses.

O Mali também tentou afirmar sua soberania econômica e política nos anos imediatamente posteriores à sua independência em 1960. Sob a liderança de Modibo Keita (1960-1968), o país adotou políticas econômicas de orientação socialista, como a criação de empresas estatais e a adoção de uma moeda nacional independente do franco CFA em 1962, para romper com o domínio monetário francês. Esses esforços enfrentaram retaliações significativas, incluindo isolamento diplomático, restrições comerciais e a retirada do apoio técnico e financeiro francês, o que contribuiu para o agravamento da crise econômica. A turbulência econômica que se seguiu possibilitou o golpe militar do tenente Moussa Traoré, apoiado pela França, em 1968, levando o Mali a retornar à zona do franco CFA em 1984.

Com o fim da Guerra Fria, a França mudou sua política para a África ao introduzir a “condicionalidade política” na cúpula de La Baule, de 1990, com o presidente Mitterrand declarando que a ajuda francesa estaria vinculada às chamadas reformas democráticas, como eleições multipartidárias (Cumming, 1996; Diagana *et al.*, 1999). Isso deu início a uma onda de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, impostos em toda a África na década de 1980, como no Mali,

onde medidas de austeridade, cortes no setor público e liberalização do comércio acompanharam a reentrada do país na zona do franco CFA em 1984. A década de 1990 marcou o início de uma segunda onda de PAE no continente, especialmente após a desvalorização do franco CFA em 1994, quando a moeda foi reduzida pela metade sob pressão da França, do FMI e do Banco Mundial. Enquadrada como uma medida para impulsionar as exportações e restaurar a estabilidade financeira, na realidade a desvalorização desencadeou fortes aumentos de preços, erosão salarial e agitação generalizada em toda a região. Essa segunda fase combinou a liberalização econômica com reformas de governança impostas pelos doadores (FMI, 2025). Embora enquadradas como democratização, essas mudanças reforçaram o controle neocolonial por meio de dívidas, privatizações e reestruturação estatal gerenciada externamente.

Esses instrumentos reconfigurados de dominação foram acompanhados pela expansão da presença militar estadunidense sob o pretexto de combater o terrorismo. Em 2002, os Estados Unidos lançaram a Iniciativa Pan-Sahel, que marcou o início de uma presença militar ocidental sustentada em vários países da região, incluindo Mali, Níger, Chade e Mauritânia, expandindo-se posteriormente para Burkina Faso sob sua sucessora, a Parceria Trans-Sahara para o Contraterrorismo, em 2005.

A crise de segurança regional foi, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, Abdoulaye Maïga (2024), explicou à Assembleia Geral da ONU em 2024, “exacerbada pela intervenção militar imprudente da Otan na Líbia em 2011”. O colapso do Estado líbio abriu as portas para o comércio desregulado de armas e para o

crescimento das atividades terroristas. O bombardeio daquele que era então um dos Estados africanos mais desenvolvidos — com o Índice de Desenvolvimento Humano mais alto do continente e grandes projetos de desenvolvimento de infraestrutura, como o projeto de irrigação do Grande Rio Artificial — foi amplamente visto como um ponto de virada. Também minou o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, que estava pronto para enviar uma missão à capital da Líbia, Trípoli, quando as primeiras bombas foram lançadas (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023; Altaeb, 2022).

Após o bombardeio da Líbia em 2011 - novamente sob a bandeira do contraterrorismo -, as atividades militares francesas e estadunidenses se expandiram significativamente por todo o Sahel. Novas operações de drones dos EUA, missões de treinamento lideradas pelo Africom e destacamentos e bases militares estadunidenses e francesas foram estabelecidos em Gao (Mali), N'Djamena (Chade), Niamey (Níger) e Ouagadougou (Burkina Faso). Em 2014, as tropas francesas lançaram a Operação Barkhane, consolidando sua presença regional e formando a força-tarefa conjunta G5 Sahel, que incluía Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023). No entanto, a atividade terrorista aumentou significativamente na década seguinte. Autoridades malinesas alegaram repetidamente que as operações militares francesas não só falharam em conter o terrorismo, como, na verdade, impulsionaram a atividade terrorista, acusando a França de visar seletivamente grupos armados, tolerar ou proteger outros e usar a crise de segurança para justificar sua presença militar prolongada e salvaguardar seus interesses estratégicos. Em agosto de 2022, o então Ministro das

Relações Exteriores do Mali, Abdoulaye Diop, acusou abertamente a França de repetidas violações do espaço aéreo, espionagem e apoio direto a grupos terroristas — incluindo o lançamento aéreo de armas e a coordenação com líderes jihadistas — e exigiu uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU para interromper o que ele descreveu como “atos de agressão contra a soberania e a integridade territorial [do Mali]” (Black Agenda Report, 2022).

À medida que atores militares estrangeiros minavam a soberania nacional sob o pretexto do contraterrorismo, corporações transnacionais continuavam extraindo riqueza do Sahel em condições profundamente desiguais. Essas nações permanecem fortemente dependentes da exportação de matérias-primas — como urânio do Níger e ouro do Mali — em condições abusivas. Em 2010, por exemplo, o Níger recebeu apenas 13% do valor total das exportações geradas pelas duas principais mineradoras francesas de urânio que operam no país (Oxfam, 2014). Apesar de se tornar um dos maiores produtores de ouro da África a partir da década de 1990, o Mali manteve benefícios econômicos mínimos. Isenções fiscais, estruturas de *royalties* injustas e outras políticas permitiram que empresas como a Randgold Resources (que se fundiu com a Barrick Gold Corporation em 2018) e a AngloGold Ashanti extraíssem lucros com pouco reinvestimento.

Essa dependência econômica reforçou o subdesenvolvimento de longo prazo, deixando os Estados vulneráveis a pressões externas e limitando sua capacidade de diversificar suas economias ou negociar termos de troca favoráveis. A resultante falta de desenvolvimento sustentável contribuiu para uma série de crises políticas, sociais e de

segurança. Desde a década de 1990, golpes e mudanças de regime tornaram-se comuns, à medida que as elites competem pelo poder em ambientes institucionais frágeis. A corrupção, os serviços públicos inadequados e a exclusão de grupos marginalizados minaram ainda mais a legitimidade do Estado e aprofundaram a desconfiança pública.



Intervenção militar pela soberania nacional

Mobilizações em massa

A frustração popular com as instituições estatais esvaziadas por décadas de reestruturação neoliberal e interferência estrangeira explodiu em mobilizações em massa no Mali, Burkina Faso e Níger entre 2017 e 2022, que acabaram desembocando em golpes populares nos três países.

Começando com os protestos contra o franco CFA no Senegal em setembro de 2017, as manifestações rapidamente se intensificaram em todo o Sahel. A moeda — emitida pelo Tesouro francês — era amplamente vista como um instrumento de dominação econômica contínua e um símbolo do controle neocolonial. No Mali, protestos em larga escala eclodiram em abril de 2019 após uma onda de violência intercomunitária, incluindo o massacre de cerca de 160 aldeões fulani por membros da comunidade étnica dogon (Al Jazeera, 2019). A situação se agravou em janeiro de 2021, quando um ataque aéreo francês atingiu uma festa de casamento na vila de Bounti, matando pelo menos dezenove civis. Embora os militares franceses tenham alegado ter como alvo combatentes jihadistas, uma investigação subsequente da ONU concluiu que o ataque afetou predominantemente civis, violando o direito internacional (France 24, 2021). Esses eventos alimentaram manifestações em massa que exigiam a renúncia do presidente Ibrahim Boubacar Keïta e a retirada das

tropas francesas e internacionais, contribuindo, em última análise, para a remoção de Keïta e a formação de um governo liderado pelos militares em agosto de 2020.

Da mesma forma, Burkina Faso testemunhou mobilizações em massa contra as políticas de segurança ineficazes do presidente Roch Kaboré a partir de 2018. Elas atingiram um ponto de inflexão em novembro de 2021, quando manifestantes em Kaya e em outros lugares bloquearam comboios militares franceses, suspeitando de sua cumplicidade com grupos terroristas. Essa agitação contínua culminou em uma revolta militar em janeiro de 2022, que levou o capitão Ibrahim Traoré ao poder.

Ao mesmo tempo, no Níger, protestos eclodiram após um ataque mortal de militantes do Estado Islâmico a uma base militar em dezembro de 2019, que matou pelo menos 71 soldados nigerianos e fomentou a indignação popular com a incapacidade do Estado. As tensões voltaram a se intensificar em novembro de 2021 na cidade de Tera, onde manifestantes confrontaram um comboio militar francês que havia sido atrasado por mais de uma semana por manifestantes em Burkina Faso. O comboio abriu fogo, matando pelo menos dois civis e ferindo vários outros, intensificando ainda mais a indignação pública (Al Jazeera, 2021; Carboni, 2019).

Golpes populares

A África tem sido frequentemente citada como sofrendo de uma “epidemia de golpe” (Mensah, 2023). Entre 1950 e 2022, a maioria

das tentativas de golpes militares no mundo — 214 de 486 — ocorreram na África, metade das quais foram bem-sucedidas (Al Jazeera/AJLabs, 2023). A narrativa dominante sobre os recentes golpes no Sahel enquadrou-os, em grande parte, como mais um ciclo de instabilidade política na África — parte de um padrão de “empreendedores políticos autocráticos no cinturão do golpe tentando conquistar o poder” (Murphy, 2023). No entanto, ao contrário de golpes anteriores em todo o continente, estes parecem exemplificar um patriotismo distinto, que o presidente da Organização dos Povos da África Ocidental, Philippe Toyo Noudjounme, descreve como “intervenção militar pela soberania” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024b).

Esses governos militares são diferentes dos anteriores na região em pelo menos três maneiras significativas: primeiro, nas origens de classe e na orientação ideológica dos líderes do golpe; segundo, na participação ativa de organizações populares; e terceiro, no desenvolvimento de programas nacionais endógenos pan-africanos e anti-imperialistas.

1) As origens de classe e a orientação ideológica dos líderes do golpe. Muitos dos principais líderes do golpe são de uma linhagem diferente em comparação com outros oficiais que lideraram golpes na região. Os golpes típicos das décadas de 1960 e 1980 foram em grande parte apoiados pelo Ocidente e visavam líderes da libertação nacional para conter a disseminação de governos e forças sociais anti-imperialistas ou de esquerda. Nesses casos, a sobrevivência de um governo militar estava menos atrelada a preocupações ideológicas e mais à obtenção de apoio de elites civis e apoiadores estrangeiros

(Babatope, 1981; Decalo, 1989; Mwakikagile, 2001). Esses golpes recentes não se encaixam nesse padrão. Como observa Vijay Prashad, diretor do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social:

Pessoas como o capitão Ibrahim Traoré (nascido em 1988), de Burkina Faso, que foi criado na província rural de Mouhoun e estudou Geologia em Ouagadougou, e o coronel Assimi Goïta (nascido em 1983), de Mali, que vem da cidade de Kati, um mercado de gado e reduto militar, representam essas frações de classe mais amplas. Suas comunidades foram totalmente marginalizadas pelos duros programas de austeridade do FMI, pelo roubo de seus recursos pelas multinacionais ocidentais e pelo pagamento das guarnições militares ocidentais no país. Sem uma plataforma política real que fale por eles, grande parte do país se uniu às intenções patrióticas desses jovens militares, impulsionados por movimentos de massa, como sindicatos e organizações de camponeses, em seus países. É por isso que o golpe no Níger está sendo defendido em manifestações de massa, da capital Niamey até as pequenas e remotas cidades que fazem fronteira com a Líbia. Esses jovens líderes não chegam ao poder com uma agenda bem elaborada. Entretanto, eles têm um nível de admiração por pessoas como Thomas Sankara: O capitão Ibrahim Traoré, de Burkina Faso, por exemplo, usa uma boina vermelha como Sankara, fala com mesma franqueza, com posições de esquerda, e até imita a dicção de Sankara (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023b).³

3 Para mais informações sobre a biografia de Traoré, ver Kraft, 2025.

2) A participação ativa das organizações populares. Organizações populares moldaram elementos centrais da agenda nacional e participam ativamente de sua construção. Quando o golpe no Níger ocorreu em julho de 2023, organizações de massa de todos os setores sitiaram bases militares francesas e a embaixada francesa — não apenas para celebrar a queda de um regime em crise e defender o golpe, mas também para afirmar antigas reivindicações pela expulsão das forças neocoloniais francesas. Antes do golpe, os movimentos sociais já haviam começado a construir uma frente de massas contra o imperialismo, um processo que pode ser rastreado até a organização popular em 2022, com base em décadas de organização política e educação. Quando o governo militar do Níger rompeu com a França, sinalizou ao povo que seus interesses estavam sendo defendidos. Desde então, líderes de base continuaram a exigir que a AES mantivesse seus compromissos anti-imperialistas e enfatizaram a necessidade de mecanismos institucionais que garantam tanto a responsabilização quanto a participação popular. Effred Mouloul Al-Hassan, secretário-geral do Sindicato Escolar do Níger, articulou essa dinâmica de apoio condicional em uma conferência realizada em novembro de 2024, em Niamey: “Apoiamos vocês enquanto estiverem a favor do povo. Caso contrário, lutaremos contra vocês como lutamos contra os colonialistas” (Al-Hassan, 2024).

3) O desenvolvimento de programas nacionais endógenos pan-africanos e anti-imperialistas. Os novos governos iniciaram novos programas nacionais com uma orientação marcadamente anti-imperialista, baseadas em modelos de desenvolvimento endógenos e na herança social e intelectual da região. O documento *Estratégia Nacional para a Emergência e o Desenvolvimento Sustentável*

(SNEDD 2024–2033), do Mali, delinea um programa de médio prazo para a renovação nacional, enraizado numa ruptura histórica com modelos de governança e desenvolvimento impostos externamente. O SNEDD 2024–2033 se baseia no *Mali Kura netaasira ka ben san 2063 ma* [Um novo Mali: Uma visão para 2063], um relatório prospectivo publicado pelo governo que articula uma visão mais ampla para o futuro do país (Ministério da Economia e Finanças do Mali, 2024). Juntas, essas estruturas buscam ancorar a reconstrução nacional no pensamento político pré-colonial e nas tradições éticas do Mali.

Como parte de sua redefinição da identidade nacional e das prioridades institucionais, o SNEDD 2024–2033 vincula explicitamente a renovação pós-golpe do Mali a três pilares da herança civilizacional do país. Primeiro, a Carta de Manden — a constituição do Império do Mali, criada em 1236 e frequentemente citada como uma das primeiras declarações de direitos humanos do mundo —, que promoveu valores como solidariedade social, proteção de setores vulneráveis da população e governança participativa por meio da tomada de decisões em assembleia. Segundo, os códigos legais do Império Massina (1818–1862), fundado no Delta do Níger Interior, no centro do Mali, que combinava jurisprudência islâmica com governança local para institucionalizar a justiça, a gestão ambiental e o controle da autoridade executiva. Terceiro, as tradições manuscritas de Timbuktu, que abrangem direito, ciência, ética e administração pública e refletem séculos de produção intelectual e debate nacionais sobre governo justo, as responsabilidades morais da liderança e a busca do conhecimento a serviço do bem comum.

Juntas, essas tradições servem como base para uma nova visão anti-imperialista da identidade e da política malinesas, baseada na justiça social, na governança coletiva e na dignidade civilizacional (Ministério da Economia e Finanças do Mali, 2024; Ministério da Refundação do Estado, 2023). O documento *Um novo Mali...* apela ao desenvolvimento de “um novo indivíduo malinês (...) um cidadão responsável, patriota, respeitador de valores, [que] é trabalhador, consciencioso e de mente aberta — que trabalha pela soberania e bem-estar de todos” (Ministério da Economia e Finanças do Mali, 2024, p. 4).

Esta estratégia nacional afirma a reconstrução do Mali como um projeto nacional e civilizacional baseado em “um Estado forte, estável e economicamente soberano” que “deve garantir a sua soberania sobre vários setores estratégicos” (ibidem). Ancorado na participação popular e na resistência à influência neocolonial, propõe uma transformação holística centrada num “novo modelo de desenvolvimento endógeno” em áreas como governança, educação, justiça e soberania econômica (idem, p. 22). Essa visão fundamental coloca a integridade cultural e a soberania no centro do desenvolvimento nacional, marcando um claro afastamento das estruturas neocoloniais orientadas por doadores do passado.

Este programa está sendo implementado gradualmente por meio de diversas iniciativas importantes. Os principais projetos de infraestrutura incluem a modernização da rodovia dupla Bamako-Koulouba-Kati e da estratégica Rodovia Transaariana (trecho Bourem-Kidal), além da construção da usina solar Sanankoroba de 200 MW (autorizada em 2024) (Presidência da República do Mali, 2025, 2024).

No setor de mineração, descrito pelo governo como a “alavanca estratégica de crescimento e desenvolvimento econômico”, grandes reformas foram promulgadas por meio do Código de Mineração de 2023, emissão de licenças de ouro em larga escala (como a licença Korali-Sud na região de Kayes) e aquisição pelo Mali de uma participação de 80% na mina de ouro de Yatela, que antes era detida por empresas estrangeiras (Ministério da Economia e Finanças do Mali, 2024; Chukwu, 2024). O Código de Mineração de 2023 revisou os termos de compromisso com todas as multinacionais estrangeiras, determinando o aumento da participação estatal em até 30% nos empreendimentos de mineração, eliminando isenções fiscais e abrindo caminho para que o Estado busque impostos e dividendos não pagos. Essas medidas visam recuperar bilhões de francos CFA perdidos anteriormente por meio de acordos injustos (uma auditoria recente revelou uma perda de 300 a 600 bilhões de francos CFA em receitas estatais devido a esses acordos) e sinalizam uma postura agressiva em relação aos saqueadores históricos da riqueza em ouro do Mali (Mining Weekly, 2025). O governo também avançou com planos para construir uma refinaria de ouro apoiada pela Rússia e desenvolver a extração de lítio com assistência chinesa por meio do projeto Goulamina, posicionando o Mali de modo a subir na cadeia de valor em vez de permanecer como um fornecedor de minérios brutos (Venditti, 2024).



A formação e desenvolvimento da AES

Os países da AES continuam enfrentando desafios econômicos substanciais. Por exemplo, em 2023, o PIB *per capita* do Níger era de apenas 560 dólares — um dos mais baixos do mundo —, com um índice de pobreza de 47,8% e uma expectativa de vida de 61 anos (Banco Mundial, 2024). Mali e Burkina Faso também apresentam indicadores comparáveis, refletindo pobreza generalizada e acesso limitado a serviços essenciais. Os desafios de segurança foram agravados pelos desafios econômicos prevalentes. Nos últimos quinze anos, o Sahel sofreu um aumento drástico na atividade terrorista, com um aumento de 2.860% nas mortes e de 1.266% nos incidentes. Somente em 2023, quase 4 mil pessoas foram mortas em ataques terroristas na região, representando 47% das mortes por terrorismo no mundo e 26% de todos os incidentes registrados. A grande maioria ocorreu em Burkina Faso, Mali e Níger (Institute for Economics & Peace, 2024). A violência contínua, combinada com a degradação ambiental, deslocou milhões de pessoas em toda a região, contribuindo para uma população crescente de deslocados internos e refugiados (IDMC, 2024). Essas pressões demográficas e de segurança influenciam coletivamente as prioridades estratégicas e as decisões políticas da AES.

É nesse contexto e contra o pano de fundo do crescente sentimento antifrancês que a AES começou a tomar forma. Em fevereiro de 2022, o Mali expulsou as forças diplomáticas e militares francesas

e se retirou de parcerias regionais de segurança, como o G5 Sahel, condenando sua incapacidade de atender às necessidades de segurança da região. Em julho, o Mali aprofundou a cooperação militar com a Rússia por meio de novos acordos para treinamento e operações conjuntas. Em setembro daquele ano, Burkina Faso vivenciou seu segundo golpe do ano, levando ao poder uma nova liderança que ecoava a postura antiocidental do Mali e buscava parcerias alternativas de segurança. No Mali, as tensões com a França aumentaram ainda mais, culminando na suspensão dos programas de ajuda franceses em novembro de 2022.

O ano de 2023 marcou o estabelecimento formal da AES como um bloco regional. Em janeiro, Burkina Faso exigiu a retirada das tropas francesas, encerrando efetivamente os acordos militares e as bases francesas no país. Em julho, o Níger juntou-se ao Mali e ao Burkina Faso na rejeição da influência política e militar ocidental após seus respectivos golpes militares. Em agosto, a AES declarou um pacto de defesa coletiva — posteriormente formalizado na *Carta de Liptako-Gourma* assinada no mês seguinte — declarando que um ataque a um membro seria considerado um ataque a todos. A aliança também expandiu suas parcerias internacionais na Cúpula Rússia-África em São Petersburgo, onde os Estados-membros firmaram novos acordos militares e econômicos com a Rússia. Em setembro, os Estados-membros da AES expulsaram diplomatas estadunidenses e europeus acusados de interferência e iniciaram negociações formais com a China para explorar investimentos em infraestrutura e projetos de compartilhamento de recursos.

Em 2024, a AES empreendeu uma série de iniciativas estratégicas para aprofundar sua presença regional e afirmar sua soberania. Em julho, realizou sua primeira Cúpula de Chefes de Estado e formalizou sua retirada da CEDEAO. Nos meses seguintes, a aliança realizou seus primeiros exercícios militares conjuntos, centrados em operações coordenadas de contraterrorismo e segurança de fronteiras. Em março, logo após o Níger encerrar as operações de uma das maiores bases aéreas de drones dos EUA, a AES expandiu ainda mais seus acordos de segurança com a Rússia, com foco na aquisição de armas e no compartilhamento de inteligência (Sguazzin & Hoije, 2024).

Em abril de 2024, os líderes da AES participaram de um Fórum de Segurança Pan-Africano, defendendo maior autonomia regional e soluções lideradas por africanos para os desafios de segurança. Em junho, a aliança reafirmou seu compromisso com a soberania dos recursos, destacando a importância estratégica do urânio no Níger, do ouro no Mali e dos recursos agrícolas em Burkina Faso. Em julho, a AES rejeitou os apelos das Nações Unidas e das potências ocidentais por transições aceleradas para um regime civil democrático liberal, priorizando a estabilidade em vez de cronogramas impostos externamente. A aliança também emitiu uma declaração condenando as sanções ocidentais em curso contra os Estados-membros, enquadrando-as como instrumentos imperialistas concebidos para minar a soberania regional. Em 6 de julho de 2024, os membros da AES adotaram um tratado que institui oficialmente a Confederação dos Estados do Sahel, aprofundando a aliança formada sob a *Carta de Liptako-Gourma*. O tratado descreve prioridades compartilhadas em segurança e defesa, combate ao terrorismo e promoção

da cooperação econômica, comercial e cultural entre os três países (Klomegah, 2024).

Esses acontecimentos reforçam o compromisso da AES com o fortalecimento da autonomia regional e a promoção de uma abordagem unificada para enfrentar os complexos desafios do Sahel. Com a expulsão da França e a diminuição de sua influência, a região expandiu suas relações com a China e a Rússia. Essa mudança gerou preocupações em Washington e no Ocidente quanto à erosão da influência ocidental na região, transformando o Sahel em um campo de batalha para conflitos internacionais.



Desafios econômicos futuros

A AES enfrenta restrições fundamentais, pois suas economias permanecem ancoradas na dependência de recursos extrativos, refletindo padrões neocoloniais contínuos de relações comerciais desiguais e agregação limitada de valor.

País	Principal produto de exportação (2023)	Participação nas Exportações (%)	Exportações Totais (US\$ bilhões)	Destino principal
Burkina Faso	Ouro	81,8%	3,65	Suíça (67%)
Mali	Ouro	94,1%	5.02	Emirados Árabes Unidos (72%)
Níger	Ouro, oleaginosas, urânio	~68,5% combinado	0,8	Emirados Árabes Unidos (25%), China (20%)

Compilado do Atlas de Complexidade Econômica de Harvard com base em dados da UN Comtrade (Harvard’s Atlas of Economic Complexity, 2025).

À medida que os países da AES alavancam sua riqueza mineral para impulsionar mudanças em suas economias, o fazem em um contexto de dependência, diversificação e agregação de valor (idem). Embora os destinos comerciais tenham se afastado do domínio francês, hoje a Suíça (um polo de refino de ouro) e os Emirados Árabes Unidos (um crescente centro regional de comércio e refino) dominam as exportações dos AES. Enquanto a Suíça funciona em grande parte como um polo de trânsito, reexportando ouro refinado com mínima agregação de valor local para os Estados africanos, os Emirados Árabes Unidos se dedicam a algum refino, refletindo uma ligeira

melhora estratégica na diversificação. No entanto, em ambos os casos, a cadeia de valor permanece esmagadoramente fora do controle africano, sustentando a dependência de *commodities*. As economias dos AES, portanto, permanecem vulneráveis às flutuações globais dos preços das *commodities*. Por exemplo, uma queda nos preços do ouro ou interrupções nos mercados financeiros dos Emirados Árabes Unidos podem impactar severamente as receitas cambiais do Mali e de Burkina Faso. Enquanto isso, a dependência do Níger em relação ao urânio permanece politicamente sensível. Como um importante fornecedor do setor de energia nuclear da Europa — particularmente da França —, o realinhamento político do país após o golpe e as tensões com as potências ocidentais levantaram preocupações sobre a segurança do fornecimento. Essas tensões foram exacerbadas por sanções e suspensões de ajuda, transformando o urânio tanto em uma tábua de salvação econômica quanto em uma moeda de troca geopolítica.

Embora os países da AES tenham demonstrado uma clara aspiração política ao desenvolvimento econômico soberano, ainda persistem vulnerabilidades estruturais, desde a propriedade de recursos até a hegemonia da moeda CFA. A autossuficiência genuína exigirá não apenas a diversificação dos destinos e produtos de exportação, mas também uma alteração fundamental das estruturas de produção: construção de capacidade interna de refino, controle da política monetária, fortalecimento do comércio regional e industrialização para além da dependência de *commodities*.



Buscando Fortemente a Soberania

À medida que a maioria dos líderes africanos chegava à Cúpula Rússia-África de 2023, a imprensa internacional acompanhava de perto. Quando o presidente do Burkina Faso, Ibrahim Traoré, e o presidente do Mali, Assimi Goïta, entrou no local, houve um frenesi na mídia sobre esses líderes “renegados” que adotaram um comportamento cada vez mais assertivo, indicativo da mudança geopolítica mais ampla em andamento nos nós estratégicos do Sul Global.

Durante o encontro bilateral com o presidente russo, Vladimir Putin, Traoré priorizou a segurança nacional e os acordos de desenvolvimento, mas também se referiu incisivamente aos “acontecimentos no Níger”, em que o general Abdourahamane Tchiani liderava um golpe militar naquele exato momento. Esse gesto sinalizou alinhamento com a ruptura política no Níger e reforçou uma narrativa de luta compartilhada dentro de uma ordem internacional injusta que, segundo os líderes da AES, precisa ser reformulada (Kremlin, 2023). As estratégias diplomáticas de Traoré e Goïta refletiram uma mudança deliberada de posição, afastando-se dos envolvimento neocoloniais e aproximando-se de parcerias soberanas de desenvolvimento, ecoando uma tendência crescente entre muitos Estados do Sul Global, dentro da arquitetura atual do hiperimperialismo, de adotar o que poderia ser chamado de uma postura de “forte busca pela soberania” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024c).

Esses engajamentos diplomáticos — incluindo realinhamentos estratégicos e iniciativas econômicas ou de segurança conjuntas

—, não são simplesmente alianças oportunistas, mas expressões de aspirações mais profundas por reposicionamento estrutural. A AES não está meramente equilibrando ameaças no sentido predominante nos estudos de segurança (ou seja, alinhando-se com uma potência para neutralizar outra), nem está meramente buscando novos patrocinadores. Em vez disso, sua postura poderia ser descrita como uma “ofensiva à soberania” — uma condição na qual Estados, confrontados com as restrições de uma ordem hiperimperialista, afirmam políticas e estratégias institucionais que visam romper com a dependência e reconfigurar seu lugar no sistema global.

Na Conferência Internacional em Solidariedade com os Povos do Sahel, realizada em novembro de 2024, em Niamey, o Brigadeiro-General Abdou Assoumane Harouna, líder do Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria (CNSP) do Níger e governador de Niamey, declarou: “Enfrentaremos o poder do imperialismo (...) Nenhum poder militar no mundo pode deter a tentativa de independência e a rejeição da antiga ordem mundial” (Peoples Dispatch, 2024). Esse enquadramento reflete uma aspiração mais ampla, não apenas no Sahel, mas em todo o Sul Global, de se libertar da camisa de força do comando imperial e de afirmar caminhos independentes de desenvolvimento, cooperação regional e clareza ideológica (idem).

O reposicionamento soberano da AES não é ideologicamente espontâneo; ele emerge de tradições profundamente enraizadas de lutas de libertação e da rejeição da dependência que os movimentos populares há muito reivindicam. Os apelos fervorosos vindos de baixo moldaram distintamente a forma como os líderes da AES

enquadraram suas transições lideradas pelos militares como formas de “soberania corretiva”.

Embora alguns analistas reduzam essas mudanças a uma “adesão” à Rússia ou a um populismo militar oportunista, tal enquadramento ignora a dinâmica estrutural da desvinculação de um sistema de subordinação forçada. Como observou o Presidente Goïta em suas negociações bilaterais com o Presidente Putin durante a cúpula Rússia-África de 2023:

Numerosos países africanos, especialmente o Mali, estão sofrendo com a pressão sem precedentes de vários países que estão quase prontos a impor sanções contra nós pela nossa parceria com a Rússia — pela nossa *escolha soberana*. Estamos chocados com essa prática neocolonialista que deve ser coibida por meio de um esforço conjunto em nível internacional (Kremlin, 2023, grifo nosso).

Essa “escolha soberana” advém de interesses compartilhados e de processos históricos mais longos que ainda estão em andamento. O presidente Traoré, de Burkina Faso, explicou, durante seu discurso na cúpula, que a Rússia era como uma família para o povo africano devido à sua história compartilhada. “A Rússia fez enormes sacrifícios para libertar o mundo do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. O povo africano, nossos avós, também foi deportado à força para ajudar a Europa a se livrar do nazismo”, explicou. “Compartilhamos a mesma história no sentido de que somos os povos esquecidos do mundo” (Lalla, 2023).

Esta postura da AES continua significativa. Quando o presidente Ibrahim Traoré declara que “um escravo que não consegue assumir a sua própria revolta não merece ser lamentado”, ou quando o ministro das Relações Exteriores do Mali, Abdoulaye Diop, afirma que o destino dos nossos países não será decidido em Bruxelas, Paris, Washington ou Londres; será decidido em Bamako, Ouagadougou, Niamey, não se trata apenas de um floreio retórico (Malga, 2024; Glazkova, 2024; Peoples Dispatch, 2023). Tais declarações são afirmações políticas que ressoam com um sentimento popular de soberania por meio da luta armada e institucional — uma ruptura com os regimes liberais desmobilizados e liderados por compradores das últimas décadas. Isso ficou bem claro quando uma série de tentativas de ataque e intervenções contra Traoré foram recebidas com múltiplos atos, protestos e manifestações em apoio à sua liderança em 30 de abril de 2025 em países do continente e do mundo, de Burkina Faso, Costa do Marfim e Quênia aos Estados Unidos, Reino Unido e França (Sanusi, 2025).

Não se trata de romantizar a AES. Esses governos enfrentam profundas contradições internas e precisam navegar pelos perigos de antigas e novas dependências. Mudanças no cenário geopolítico podem alterar rapidamente a capacidade da AES de alavancar seus novos relacionamentos. Como Vijay Prashad escreve sobre os eventos na Síria e suas repercussões no Sahel:

A mudança de governo na Síria não apenas enfraqueceu o Irã no curto prazo, mas também enfraqueceu a Rússia (um objetivo estratégico de longo prazo dos Estados Unidos), que anteriormente usava os aeroportos sírios para reabastecer seus

aviões de suprimentos a caminho de vários países africanos. Não é mais possível para a Rússia usar essas bases, e ainda não está claro onde os aviões militares russos poderão reabastecer para viagens à região, principalmente para os países do Sahel. Isso dará aos Estados Unidos a oportunidade de pressionar os países que fazem fronteira com o Sahel, como a Nigéria e o Benin, a lançar operações contra os governos de Burkina Faso, Mali e Níger. Isso exigirá uma observação atenta. (Prashad, 2024)

Apesar de suas conquistas simbólicas e estratégicas até o momento, o sucesso da aliança depende de sua capacidade de criar instituições duradouras, promover a integração econômica e alinhar seus objetivos internos com a estabilidade regional. Novas iniciativas — como a coordenação regional em relação à gestão de recursos; propostas para uma moeda saheliana; um passaporte único AES que permita a livre circulação entre Estados; interconexão de redes; forças militares conjuntas; e apelos à cooperação Sul-Sul — refletem os primeiros passos em direção a um novo paradigma de desenvolvimento enraizado na soberania, autossuficiência e participação popular. O paradigma emergente no Sahel permanece frágil, mas reflete uma rejeição decisiva do modelo de comando imperial e um horizonte político alinhado às aspirações emancipatórias do Sul Global.





Referências

Adamou, Mamane Sani. Entrevista não publicada concedida a Mikaela Nhondo Erskog, 9 set. 2024.

Al Jazeera. “Thousands Rally in Mali to Protest against Ethnic Violence”. *Al Jazeera*, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/4/5/thousands-rally-in-mali-to-protest-against-ethnic-violence>.

Al Jazeera. “Deaths in Niger as Protesters Confront French Army Convoy”. *Al Jazeera*, 27 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/11/27/three-killed-in-niger-as-protesters-confront-french-army-convoy>

Al-Hassan, Effred Mouloul. Comunicação oral na Conferência Internacional em Solidariedade com os Povos do Sahel, Niamey, Niger, nov. 2024.

Al Jazeera/AJLabs. “Mapping Africa’s Coups d’état across the Years”, *Al Jazeera*, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/8/30/mapping-africas-coups-detat-across-the-years>.

Altaeb, Malak. ‘What’s Next for Libya’s Great Man-Made River Project?’, *Middle East Institute*, 10 August 2022, <https://www.mei.edu/publications/whats-next-libyas-great-man-made-river-project>.

Autoridade Liptako-Gourma. “Carta de Liptako-Gourma que estabelece a Aliança dos Estados do Sahel”, set. 2023. Disponível em: https://maliembassy.us/wp-content/uploads/2023/09/LIPTAKO-GOURMA-Engl_-2.pdf.

Babatope, Ebenezer. *Coups: Africa and the Barrack Revolts*. Ibadan: African Books Collective, 1981.

Banco Mundial. “População Total – Burkina Faso, Mali, Níger”, *Indicadores de Desenvolvimento Mundial*, jun. 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=BF-ML-NE>

Banco Mundial. “Macro Poverty Outlook: Sub-Saharan Africa”. Washington, DC: World Bank, out. 2024. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/macro-poverty-outlook/mpo_ssa.

Black Agenda Report. "Letter from Republic of Mali to UN on French Aggression and Support for Terrorism in Region". 24 ago. 2022. Disponível em: <http://www.blackagenda.com/letter-republic-mali-un-french-aggression-and-support-terrorism-region>.

Carboni, Andrea. "Regional Overview: Africa 8-14 December 2019". *Armed Conflict Location & Event Data*, 16 dez. 2019, <https://acleddata.com/2019/12/16/regional-overview-africa-8-14-december-2019/>.

Chukwu, Joy. "Mali Takes Full Control Of Yatela Gold Mine From Foreign Companies". *West Africa Weekly*, 20 out. 2024. Disponível em: <https://westafricaweekly.com/mali-takes-full-control-of-yatela-gold-mine-from-foreign-companies/>

Crisis Group. "A Splinter in the Sahel: Can the Divorce with ECOWAS Be Averted?", *Crisis Group*, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/burkina-faso-mali-niger/splinter-sahel-can-divorce-ecowas-be-averted>

Cumming, Gordon. "French Aid to Africa: Towards a New Consensus?", *Modern & Contemporary France* 4, n. 4, 1 jan. 1996, p. 453-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09639489608456334>.

Decalo, Samuel, "Modalities of Civil-Military Stability in Africa", *The Journal of Modern African Studies* 27, n. 4, 1989, p. 547-578.

Diagana, Bocar *et al.*, "Effects of the CFA Franc Devaluation on Urban Food Consumption in West Africa: Overview and Cross-Country Comparisons", *Food Policy* 24, n. 5, 1 out. 1999, p. 465-78. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0306-9192\(99\)00060-3](https://doi.org/10.1016/S0306-9192(99)00060-3).

Edds-Reitman, Matthew & Boakye, Rachel Yeboah. "Sahel Coup Regime's Split from ECOWAS Risks Instability in Coastal West Africa", *United States Institute of Peace*, dez. 2024. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2024/10/sahel-coup-regimes-split-ecowas-risks-instability-coastal-west-africa>

FMI. "Background Information from the Study Guide to The Fabric of Reform – An IMF Video". Acesso em 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fabric/backgrnd.htm>.

France 24. "UN Finds French Strike in Mali in January Killed 19 Civilians; France Refutes Report". *France 24*, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20210330-un-probe-finds-french-strike-in-mali-in-january-killed-19-civilians>.

Glazkova, Christina. "Future of Sahel Is Now Decided by Its People, Malian Foreign Minister Declares in EU". *Sputnik Africa*, 28 jun. 2024, Disponível em: <https://en.sputniknews.africa/20240628/future-of-sahel-is-now-decided-by-its-people-malian-foreign-minister-declares-in-cu-1067286390.html>

Harvard's Atlas of Economic Complexity. 'Growth Lab', 10 jun. 2025 (acesso). Disponível em: <https://atlas.hks.harvard.edu/explore>.

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. "Internal Displacement in Africa Triples in 15 Years since Landmark Treaty to Address It". 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/news/internal-displacement-in-africa-triples-in-15-years-since-landmark-treaty-to-address-it>.

Idrissa, Rahmane. "Hot Water". *London Review of Books Blog*, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/blog/2021/april/hot-water>

Institute for Economics & Peace, Global Terrorism Index 2024: Measuring the Impact of Terrorism, Sydney, fev. 2024, Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2024/02/GTI-2024-web-290224.pdf>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. "França fora da África é a palavra de ordem do momento. Carta semanal 49 (2024)", 5 dez. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/cartasemanal-sahel-soberania/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Defendendo nossa soberania: as bases militares dos EUA na África e o futuro da unidade africana. *Dossiê n. 42*, 9 jun. 2023, <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-42-militarizacao-africa/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. "Democracy is Like Rice. We Need to Grow It Ourselves: The Twelfth Pan-Africa Newsletter (2024)", 31 dez. 2024b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pan-africa/newsletterissue-niger-conference/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. "O povo de Niger e a vontade de dar um fim à submissão" | *Carta semanal 34* (2023), 24 ago. 2023b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/cartasemanal-niger-intervencao-militar/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Hiperimperialismo: um novo estágio decadente perigoso. Dilemas Contemporâneos. n. 4, 23 jan. 2024c. Disponível em <https://thetricontinental.org/studies-on-contemporary-dilemmas-4-hyper-imperialism>.

Journal Officiel de la République Française. “Accord de coopération en matière de défense entre la République française et la République du Niger”, assinado em Paris, em 24 abr. 1961. In: “Accords de coopération signés par la France avec la Côte d’Ivoire, le Dahomey et le Niger”, *Journal Officiel de la République Française* n. 69, 23 mar. 1963. Disponível em: https://afriquexxi.info/IMG/pdf/accord_france_niger_1961_0_.pdf.

Klomegah, Kester Kenn. “The Alliance of Sahel States: Implications, Challenges and Prospects in West Africa”, *Modern Diplomacy*, 17 set. 2024. Disponível em: <https://modern diplomacy.eu/2024/09/17/the-alliance-of-sahel-states-implications-challenges-and-prospects-in-west-africa/>.

Kraft, Jack G. *Ibrahim Traoré: The Youngest Leader of Burkina Faso: From Military Officer to Interim President*. Publicado de forma independente, 2025.

Kremlin. “Meeting with Interim President of Burkina Faso Ibrahim Traore”, 29 jul. 2023. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71838>.

Kremlin. “Meeting with Interim President of Mali Assimi Goïta”, 29 jul. 2023. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71842>.

Lalla, Steve. “Burkina Faso’s President Traoré Delivers Anti-Imperialist Speech at Russia–Africa Summit”, *MR Online*, 5 ago. 2023. Disponível em: <https://mronline.org/2023/08/05/burkina-fasos-president-traore-delivers-anti-imperialist-speech-at-russia-africa-summit/>.

Maïga, Abdoulaye. “Speech at the General Debate of the 79th Session of the United Nations General Assembly”, 28 set. 2024, New York. Disponível em: https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/79/ml_fr.pdf

Malga, Amarana. “Le sort des Etats de l’Alliance du Sahel ne se décidera pas dans les capitales occidentales (Abdoulaye Diop)”, 30 jun. 2024. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/fr/afrique/le-sort-des-etats-de-lalliance-du-sahel-ne-se-decidera-pas-dans-les-capitales-occidentales-abdoulaye-diop-/3262012>

Mensah, Kent. “Africa’s Coup Epidemic: Has Democracy Failed the Continent?”. *Al Jazeera*, 23 set. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2023/9/22/africas-coup-epidemic-has-democracy-failed-the-continent>.

Mining Weekly. “Mali to Get \$1.2bn from Miners after Talks”, 1 mar. 2025. Disponível em: <https://www.miningweekly.com/article/mali-to-get-12bn-from-miners-after-talks-2025-01-13>.

Ministério da Economia e Finanças do Mali. “Mali Kura Netaasira Ka Ben San 2063 and National Strategy for Emergence and Sustainable Development (SNEDD 2024-2033)”. Bamako: Government of Mali, dez. 2024.

Ministério da Refundação do Estado da República do Mali. “Programme National d'Éducation aux Valeurs”, Bamako, 5 jan. 2023, <https://cdi.gouv.ml/wp-content/uploads/2024/02/Programme-National-DEducation-aux-Valeurs.pdf>.

Murphy, Theodore. “Middle Powers, Big Impact: Africa’s ‘Coups Belt’, Russia, and the Waning Global Order”. European Council on Foreign Relations, 6 set. 2023. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/middle-powers-big-impact-africas-coups-belt-russia-and-the-waning-global-order/>.

Mwakikagile, Godfrey. *Military Coups in West Africa Since the Sixties*. New York: Nova Science Publishers, 2001.

Ochieng, Beverly. “Will the Sahel Military Alliance Further Fragment ECOWAS?”. *Center for Strategic & International Studies*, 15 fev. 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/will-sahel-military-alliance-further-fragment-ecowas>.

Office National d'Édition et de Presse. “Communiqué conjoint du Burkina Faso, de la République du Mali et de la République du Niger: Les trois pays décident de leur retrait sans délai de la Cedeao”, 28 jan. 2024. Disponível em: <https://www.lesahel.org/communique-conjoint-du-burkina-faso-de-la-republique-du-mali-et-de-la-republique-du-niger-les-trois-pays-decident-de-leur-retrait-sans-delai-de-la-cedeao/>.

Onwuka, R. I. “The ECOWAS Treaty: Inching Towards Implementation”. *The World Today* 36, n. 2, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40395168>.

Oxfam. “Areva in Niger: Who Is Benefiting from the Uranium?”, *Oxfam Internacional*, 21 ago. 2014. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/areva-niger-who-benefiting-uranium>.

Peoples Dispatch. “The Anti-Imperialist Upsurge in the Sahel Is Irreversible, Say Leaders at Historic Conference in Niamey”, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2024/11/19/the-anti-imperialist-upsurge-in-the-sahel-is-irreversible-say-leaders-at-historic-conference-in-niamey/>.

Peoples Dispatch. “‘A Slave Who Cannot Assume His Own Revolt Does Not Deserve to Be Pitied,’ Says Ibrahim Traoré of Burkina Faso”, *Peoples Dispatch*, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2023/08/02/a-slave-who-cannot-assume-his-own-revolt-does-not-deserve-to-be-pitied-says-ibrahim-traore-of-burkina-faso/>.

Prashad, Vijay. “The Sahel stands up and the world must pay attention”. *People's Dispatch*, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2024/07/08/o-sahel-se-levanta-e-o-mundo-deve-prestar-atencao/>

Prashad, Vijay. Como entender a mudança de governo na Síria | *Carta semanal* 51 (2024), 19 dez. 2024, <https://thetricontinental.org/newsletterissue/how-to-understand-the-change-of-government-in-syria/>.

Presidência da República do Mali. “Sanankoroba: coup d’envoi de la construction d’une nouvelle centrale solaire de 200 MWc”, *Koulouba*, 12 jul. 2025 (acesso). Disponível em: <https://koulouba.ml/sanankoroba-coup-denvoi-de-la-construction-dune-nouvelle-centrale-solaire-de-200-mwc/>

Presidência da República do Mali. “Communiqué du Conseil des Ministres du jeudi 02 mai 2024”, *Koulouba*, 12 jul. 2025 (acesso). Disponível em: <https://koulouba.ml/communique-du-conseil-des-ministres-du-jeudi-02-mai-2024/>.

Sanusi, Oluwasegun. “Demonstrators March, Picket Western Embassies in Ouagadougou, Accra, London, Paris in Support of Ibrahim Traoré”. *West Africa Weekly*, 1 maio 2025. Disponível em: <https://westafricaweekly.com/demonstrators-march-picket-western-embassies-in-ouagadougou-accra-london-paris-in-support-of-ibrahim-traore/>.

Sguazzin, Antony & Hoije, Katarina. “Niger’s Military Junta Ditches America and Courts Russia”. *Bloomberg*, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2024-03-19/next-africa-us-right-to-operate-drone-base-in-niger-terminated-by-junta>.

Venditti, Bruno. “Ganfeng Begins Production at Goulamina Lithium Mine in Mali”. *Mining*, 26 dez. 2024, <https://www.mining.com/ganfeng-begins-production-at-goulamina-lithium-mine-in-mali/>.

Walraven, Klaas Van. “Decolonisation by Referendum: The Anomaly of Niger and the Fall of Sawaba, 1958–1959”. *The Journal of African History* 50, n. 2, 2009, p. 269–292. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021853709990053>.

Zimmerman, Sarah Jean. “Viver além das fronteiras: militares da África Ocidental em conflitos coloniais franceses, 1908-1962”. Berkeley, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4x19q2xb>.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org